



Tribunal Supremo

## ACÓRDÃO

PROC. Nº 17235

ACORDAM, EM CONFERÊNCIA, NA 3ª SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM NOME DO POVO:

Nos autos vindos do Tribunal Provincial do Huambo, mediante acusação do Mº. Pº. (fls. 25), foi pronunciado (fls. 33), pela prática de um crime de homicídio voluntário simples, p. e p. pelo artº 349º, do C. Penal, o réu [REDACTED], solteiro, de 48 anos de idade, nascido a [REDACTED], filho de [REDACTED], [REDACTED], natural do município de [REDACTED], [REDACTED], onde então residia na aldeia de [REDACTED], (fls. 8).

Realizado o julgamento e respondidos os quesitos que o integram (fls. 61), foi, por acórdão de 31 de Maio de 2016, (fls. 64 e segs.), a acção julgada procedente e provada, sendo o réu condenado na pena de **18 (dezoito) anos de prisão maior, no pagamento de Akz.70.000,00 (setenta mil Kwanzas), de taxa de Justiça e Akz.1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Kwanzas), a título de indemnização aos familiares da vítima.**

Desta decisão interpôs recurso o Mº.Pº. (fls. 76), por imperativo legal, nos termos do art. 473º § único e 647º, nº1, ambos do C.P.Penal, pedindo, nas alegações que apresentou a reapreciação do decidido (fls. 78).

O réu, assistido por defensor oficioso, não contra alegou.

Nesta instância, ordenado o conhecimento do objecto do recurso e continuados os autos com vista ao Digníssimo Magistrado do Mº.Pº., emitiu este o seu douto parecer, nos seguintes termos (fls. 82):

**"O Réu, com a sua conduta, cometeu um crime de homicídio voluntário simples, previsto e punido pelo artigo 349.º, do Código Penal.**

**As circunstâncias agravantes, sobretudo a 27ª do artigo 34.º do Código Penal, fundamentam a pena aplicada ao réu".**

Mostram-se colhidos os vistos legais.



Tribunal Supremo

Decidindo.

## QUESTÕES PRÉVIAS

1. Para fundamentar o recurso por imperativo legal, bastará ao M<sup>o</sup>P<sup>o</sup> recorrente invocar o § 1<sup>o</sup> do art. 647<sup>o</sup> do C. Penal, sem fazer referência aos n<sup>os</sup> 1 ou 2 deste preceito, porque não devida, com remissão ao § único do art. 473<sup>o</sup> do citado diploma.
2. Apesar de o acórdão (fls. 64), ter feito referência à contestação escrita e junta ao processo, não se acham nos presentes autos qualquer contestação nem documento similar.

## MATÉRIA DE FACTO

Colhe-se dos autos, com interesse para a decisão, o seguinte quadro fáctico:

O réu José [REDACTED] é parente (sobrinho) do declarante, [REDACTED] (fls. 17), companheiro marital da vítima nos autos, que em vida se chamou [REDACTED], ambos residiam em aldeias vizinhas, no município do [REDACTED], província do Huambo.

O réu, apesar de ter tido mais de cinco mulheres, não conseguiu gerar filhos, por isso, consultou diversos curandeiros, adivinhos e, submetido a tratamentos tradicionais, passou a acusar os familiares mais próximos como causadores da sua infertilidade, com destaque para a sua bisavó Isabel.

Seu tio [REDACTED], apercebendo-se disso, repreendeu-o, tendo gerado desentendimento entre ambos, passando o réu a acusar o seu tio de estar em conluio com a sua avó.

Em data não precisa do ano 2014, entre o mês de Fevereiro e



Tribunal Supremo

Março, a declarante [REDACTED] (fls. 18), quando ia a caminho das suas lavras, foi surpreendida pelo réu a sair do matagal, munido de uma catana nas mãos, que lhe perguntou se não tinha visto o tio [REDACTED] a caminho das lavras.

[REDACTED], diante de tal situação, porque sabia que réu não tinha boas relações com o seu tio [REDACTED], a quem acusara de feiticeiro, decidiu mandar o seu filho comunicar ao [REDACTED] para que não viesse às lavras, suspeitando que o réu o esperava para lhe fazer algum mal.

O Sr. [REDACTED], tio do réu, tomando conhecimento disso, alertou os seus filhos que, por sua vez, lhe foram tirar satisfações, advertindo-o que deixasse seu pai em paz.

Na manhã do dia 27 de Janeiro de 2016, o Declarante [REDACTED] e sua esposa, vítima nos autos, que em vida se chamou [REDACTED] haviam ido à lavra da igreja como habitualmente fazia toda a comunidade religiosa, as quartas-feiras.

Depois desse trabalho, passaram pelas suas lavras e, quando regressavam à casa de ambos, a vítima entendeu ir à mata, procurar medicamentos (ervas e raízes) tradicionais, para tratamento de seus netos.

Por volta das 14 horas, o declarante [REDACTED], ao ver que sua esposa, vítima nos autos, se demorava demais, decidiu segui-la e, num dos caminhos das lavras, encontrou-a estatelada no chão, esvaindo-se em sangue.

De seguida, tentou levá-la a um centro de saúde, mas esta não resistiu aos ferimentos, acabou por sucumbir durante o percurso.

O réu, apesar do grau de proximidade e de parentesco que existia, não compareceu no óbito, tendo-se levantado suspeições, pois, já vinha ameaçando o seu tio.

Indignados com o comportamento do réu, os filhos da vítima foram à busca dele na aldeia de [REDACTED], onde residia e levaram-no à aldeia de [REDACTED], local em que se realizava o óbito.

Lá postos, na presença de várias pessoas, sem que fosse molestado, colocaram-no no Njango e perguntaram-lhe a respeito da sua ausência no óbito ao que respondeu dizendo o seguinte: "se era



Tribunal Supremo

*bom vocês terem filhos e eu não. A intenção era o tio, mas foi a tia".*  
SIC.

Dito isso, os presentes concluíram que era ele o autor do crime, por isso, enfurecidos, pretendiam linchá-lo até à morte, o que não aconteceu, graças à intervenção do declarante [REDACTED], soba da aldeia de [REDACTED], que o colocou num quarto, enquanto aguardavam pela chegada das autoridades policiais.

A enxada, instrumento do crime, foi apreendida (fls. 5) e examinada (fls. 22) e caracterizada como "*uma enxada, instrumento que utilizado para fins agressivos, pode provocar ferimentos ou mesmo morte*".

O corpo da vítima não foi autopsiado, porém, visto pelos declarantes nos presentes autos, que afirmaram que o corpo apresentava ferimentos graves, resultantes da agressão que sofreu.

Consta dos autos a declaração de Verificação de óbito (fls. 21), que atesta ter a vítima falecido no dia 27 de Janeiro de 2016.

## **APRECIAÇÃO DOS FACTOS**

Os factos acima descritos reproduzem, no essencial, a prova vertida nos autos, suficiente para a responsabilização criminal do réu.

Importa, porém, referir que desde a instrução preparatória à sessão de discussão e julgamento, o réu sempre negou a prática dos factos que lhe são imputados, alegando, a seu favor, que nunca teve qualquer problema com o seu tio; que o seu tio, por ser irmão da sua mãe, era a pessoa que tinha de resolver o seu problema de infertilidade, mas ele nunca quis tratar do seu problema; que não foi ao óbito por não se ter apercebido; que os curandeiros consultados afirmaram que o seu problema de infertilidade veio da família da sua mãe, por serem caçadores, era esse o problema e a única pessoa da família da sua mãe que conhecia é o declarante [REDACTED], esposo da vítima.

A versão dos factos apresentada pelo réu não é de acolher, na medida em que foi desmentida pelos declarantes, [REDACTED] (fls. 52 e 53) e [REDACTED] (fls. 55, 56, 57 e 58), tio e conhecida da vítima, respectivamente, que, ao contrário do réu, afirmaram ter havido muitas ameaças e acusações de feitiçaria da



Tribunal Supremo

parte do réu contra a sua bisavó e tio [REDACTED]; que a distância que separava as duas aldeias não era grande para que o réu não se apercebesse da morte do seu familiar; que depois de ser interpelado na aldeia onde residia, o réu confessou ter agredido a vítima, entretanto, queria que fosse o tio e não a tia, o que atizou a ira dos presentes que o pretendiam linchar.

Ora, quanto a nós, não restam dúvidas ter sido o réu o autor dos factos que lhe são imputados, apesar de estar a negar; a prova carreada nos autos aponta-o como autor.

### **SUBSUNCÃO JURÍDICO-PENAL**

A vítima foi atingida pelos vários golpes de uma enxada, desferidos pelo réu e, em consequência, sofreu ferimentos que foram a causa directa e necessária da sua morte, revelando as circunstâncias em que os factos se desenvolveram, ter ele agido com a intenção de matar, incorrendo, assim, num **crime de homicídio voluntário simples, p. e p. pelo art.349º do C. Penal.**

### **MEDIDA DA PENA**

O crime é punido com a pena abstracta de 16 (dezasseis) a 20 (vinte) anos de prisão maior.

Agravam a responsabilidade criminal do réu as circunstâncias: 1ª (premeditação), 2ª (promessa), 18ª (lugar ermo), 27ª (parente ou afim) e 28ª (superioridade em razão da arma-enxada), todas do art.340º do C. Penal.

Militam a seu favor as circunstâncias: 1ª (ausência de antecedentes criminais) e 23ª (modesta condição socioeconómica), ambas do art.39º C. Penal.

A crença arreigada no feitiço, não iliba o agente da responsabilidade criminal, mas diminui-lhe a culpa, justificando-se o uso da atenuação extraordinária do art.94º, nº1 do C. Penal.

Devem ser arbitrados emolumentos devidos ao defensor oficioso.



Tribunal Supremo

Nestes termos, acordam os desta Câmara,  
em alterar a pena, sendo o réu condenado a (12) doze anos de prisão maior,  
em Kz 2.500.00 de emolumentos ao defensor  
Oficiário; Confirmando-se, no mais, o decidido.

Luanda, aos 24 de Março de 2018<sup>5</sup>

Joaquim Mesquita.

Notário Público  
António Luís Pitt.